

A MODERNA HABITAÇÃO ECONÔMICA COMO QUESTÃO DE ESTADO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA DA CIDADE. FASES DE EXPANSÃO E REDUÇÃO DOS COMPONENTES MODERNOS DA CIDADE E DA HABITAÇÃO NO BRASIL – ESTADO DE SÃO PAULO - NO PERÍODO 1930-1986¹

The Modern Economic Housing As A Matter Of State In Capitalist Production Of The City. Stages Of Expansion And Reduction Of Modern Components Of The City And Housing In Brazil – São Paulo State - In The Period 1930-1986

Eulalia Portela Negrelos

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
negrelos@sc.usp.br

Resumo

A partir da intervenção estatal da produção de moradia popular no Brasil com Vargas, até o final da ditadura militar, analisamos políticas habitacionais e Arquitetura e Urbanismo. A ação do Estado na indústria da construção civil conformou um campo de legitimação popular, baseada no operariado urbano, e reorganizou as bases produtivas nacionais com uma reinserção na divisão internacional do trabalho. A habitação econômica é central, pois é mercadoria especial no marco da produção capitalista da cidade. O período de 1930 a 1964 foi de expansão da aplicação do ideário *moderno* de habitação e cidade e o de 1964 a 1986, foi de redução desse ideário com racionalidade das operações urbanístico-habitacionais para uma produção massiva e de alta rentabilidade para o setor da construção civil.

Palavras-chave

Habitação popular no Brasil, SFH/BNH/COHAB, Habitação e cidade modernas.

Abstract

From the State intervention in popular housing production in Brazil with Vargas, until the end of the military dictatorship, we analyze housing policies and architecture and urbanism. The action of the State in the construction industry formed a popular legitimacy, based on the urban working class, and reorganized the national production

¹ Este artigo é um dos resultados de Apoio à Pesquisa concedido pela FAPESP (2011-2013).

bases with a reinsertion in the international division of labour. The economic housing is central, since it is good especially in the frame of capitalist production of the city. The period from 1930 to 1964 expanded the application of the modern ideals of housing and city and the 1964 to 1986, reduced the modern ideas with the rationality of the urban-housing operations for a massive production and high profitability for the construction sector.

Keywords

Popular Housing in Brazil, SFH/BNH/COHAB, Modern housing and city.

Questões em perspectiva

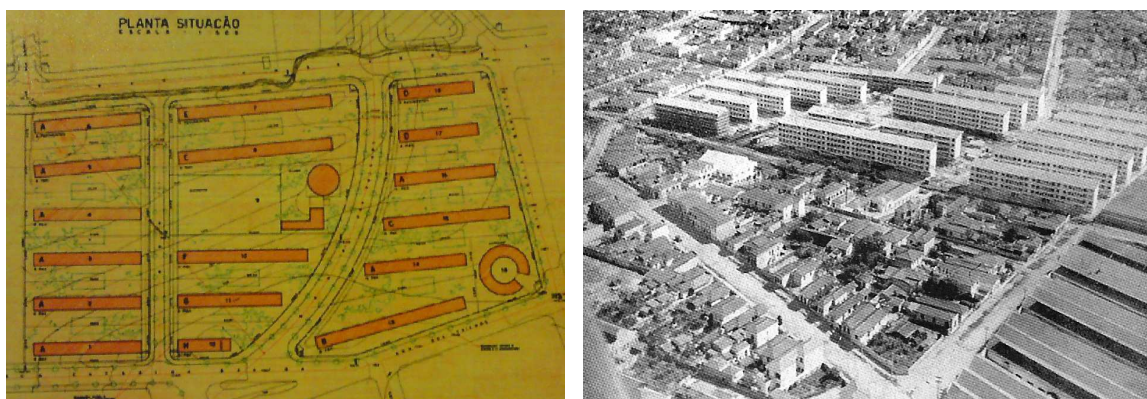
A permanente discussão sobre periodização da história da cidade e da habitação na América Latina é fundamental para abordar processos que, por mais similares que pareçam em diferentes períodos, nos oferecem ricas possibilidades de reflexões sobre sua diversidade, em termos da tensão entre universalidade e nacionalismo construída por Liernur (2002). Este trabalho propõe um quadro teórico-metodológico voltado à compreensão da periodização e das características da produção da habitação no Brasil – tida como *social, popular, operária* e, aqui, *econômica* -, sendo *moderna* durante um longo período, e utilizada como um componente de aprofundamento do capitalismo no país a partir de sua introdução como política de Estado em 1930.

Nossa ideia estruturante parte do marco inicial da periodização quando da decisão estatal, no início da “era Vargas” - de 1930 a 1954, segundo Bastos & Fonseca (2012) -, de incorporar ao modelo de Estado intervencionista, em implantação a partir da conformação da ideia do Welfare State, baseada em Keynes, a questão da habitação econômica – entendida tanto de baixo custo quanto de ativação da economia. Nesse momento, “econômico” se refere a produzir moradias com eficiência e racionalidade (CORREIA, 2004) – em uma agenda do Estado capitalista, retirando da exclusiva iniciativa privada a atividade de produção habitacional voltada ao aluguel.

O Estado alia-se aos setores de engenharia e arquitetura pela industrialização dos processos de produção (GITHAY & PEREIRA, 2002), valorizando as massas trabalhadoras urbanas como seu grande esteio popular e sua demanda privilegiada para alojamento e, no campo da arquitetura e urbanismo, valorizando um importante conjunto de profissionais vinculados ao ideário do *Movimento Moderno*.

Essa valorização do Estado à foi, conforme Martins (1987), um caminho de duplo sentido, em que o campo da Arquitetura teve habilidade intelectual e política para atuar no quadro de legitimação do Estado; esta segue sendo uma importante chave de pesquisa para a historiografia da área.

A questão da aproximação entre Estado e arquitetura – e arquitetura moderna – aparece durante períodos nos quais os governos nacionais, dirigidos de forma autoritária, lançavam mão do ideário moderno vigente internacionalmente na produção de bairros de alojamento operário, importante demanda social incorporada pelas políticas habitacionais, legitimando tanto a arquitetura e o urbanismo modernos quanto a corporação de arquitetos atuante no período (imagens 1 e 2). No entanto, para o Brasil, no período militar² o Estado atuou em um sentido deslegitimador da corporação dos arquitetos, promovendo uma dramática redução do ideário moderno a blocos de apartamentos maciços ou em lâmina, que foi o auge da racionalização econômica da indústria da construção civil, incorporada pelas construtoras como ganhos de escala (imagens 3 e 4).



(1) Planta original e (2) Vista aérea do C.R. da Mooca, IAPI, 1946-49, São Paulo, Arq. Paulo Antunes Ribeiro.

Fonte: BONDUKI, N. *Pioneiros da habitação social no Brasil*. Tese de Livre-Docência. FAU-USP, 2011, vol.2, p. 47. In FERRARI, C., 2013, p. 222.

Aproximando-nos ao estudo de empreendimentos do período militar em cidades do estado de São Paulo, observamos que, muito além de uma questão de tipologias arquitetônicas e urbanísticas para uma vida coletiva e racional, o ideário moderno foi resignificado na política habitacional da ditadura militar, demonstrando o caráter capitalista da produção habitacional estatal inaugurada por Vargas no início da

² Instalado com o golpe de 1964 até a eleição indireta no Congresso Nacional de Tancredo Neves para presidente e José Sarney, para vice-presidente; este, após a morte de Neves, um dia antes da posse, assume como presidente da República, em março de 1985.

década de 1930. Esta questão da resignificação de um conjunto de pressupostos vinculados à constituição do *moderno* internacionalmente tem aparecido recorrentemente nas pesquisas sobre o período (NEGRELOS, 2010).



Conjuntos Pe. J. de Anchieta/Itaquera IA, Pe. M. da Nóbrega/Itaquera IB e Pe. M. de Paiva/Itaquera IC, 1978

Fonte: COHAB-SP. (s/d)

Nosso problema central é a entrada do Estado na questão habitacional nos campos do nacionalismo e da industrialização, como um expediente capitalista racionalizado de produção da cidade - o motor da modernização (GORELIK, 1999)- para o que, no Brasil, assim como em outros países latinoamericanos, utilizou-se de diversos e complexos discursos ideológicos, para várias classes sociais, para fora e para dentro das corporações.

Seguimos, inclusive, as perspectivas indicadas pelo III CIHU (2013), recente evento do campo da construção conceitual sobre história urbana, em torno da *"investigação das relações entre projetos políticos, política urbana-urbanismo-planejamento urbano-regional e habitação no período [1930-1960]"*, e da orientação de não *"desconsiderar processos históricos anteriores, inclusive desde o século XIX, e posteriores, por exemplo, no contexto dos processos de redemocratização, como foi no caso brasileiro"*. Refletimos como nesse período foram lançadas as bases da política habitacional praticada no período militar no Brasil (1964-1985), até a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), eixo do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), em 1986, já no início da redemocratização, marcando o final da periodização abordada neste artigo.

O período 1930-1964 pode ser considerado, nesse sentido, o pavimento da estruturação do SFH logo no início do período militar. Esses primeiros 30 anos da assunção da questão da habitação popular como componente de produção econômica

e territorial controlada pelo Estado podem ser considerados de legitimação dessa ação estatal, em um período necessário de consolidação da ação do Estado na produção de habitação “social”, no sentido de que o Estado passava a ter uma ação na política social em que inseria a habitação.

Em nossa concepção, exploramos a hipótese de que em lugar de considerar essa assunção como “benesse” ou concessão de direitos sociais, constituiu-se como um dispositivo estratégico para a incorporação do setor da construção civil como cadeia – ou Complexo, no sentido de Gitahy e Pereira (2002) – no modelo desenvolvimentista. Ademais, trata-se de um período em que a habitação para o trabalhador era uma demanda explosiva e, ao mesmo tempo, super explorada pelos setores privados, além de constituir-se no dispositivo ótimo para elevar o número de postos de trabalho e atrair apoio para um projeto de Estado cuja marca autoritária ou “forte” foi, para Vargas, fundamental para enfrentar as inúmeras frentes de reorganização do país e sua incorporação efetiva na divisão internacional do trabalho, em bases industriais. Nesse sentido, a habitação foi item econômico e social, uma vez que o suporte institucional para sua produção de 1930 a 1945 foi o sistema autárquico dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP) (de base privada, autarquias capitalizadas com os recursos dos trabalhadores associados) e, de 1946 a 1964, com a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), que adensa o sistema e busca introduzir uma racionalidade institucional estatal que se mostrou impotente para a produção massiva. O alcance da FCP foi fragmentado como órgão normativo nacional com a decisão populista de Eurico Gaspar Dutra³ da criação de departamentos e companhias de habitação estaduais, fruto do que foi a Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP), de 1949 (BONDUKI, 1999), no estado de São Paulo.

Inicialmente autárquica, a CECAP foi sendo reformulada a partir de meados do regime militar: empresa de economia mista – Cia. Estadual de Casas Populares -, em 1975; CODESPAULO - Cia. de Desenvolvimento de São Paulo -, em 1981 e, em 1984, finalmente transformada em CDH – Cia de Desenvolvimento Habitacional. Já no período de redemocratização do país, em 1988, agrega-se o âmbito urbano de atuação (CDHU), título sob o qual é atuante até o presente.

Do ponto de vista de sua produção, particularmente interessante em se tratando da aplicação dos conceitos modernos de cidade e habitação, a CECAP abre espaço para a atuação de um importante arquiteto *moderno*, João Batista Vilanova Artigas, projetando uma série de conjuntos habitacionais em todo o estado –

³ Presidente da República de 1946 a 1951, antes da posse de Vargas, eleito em 1950.

conhecidos até o presente como “cecap’s”, do qual o de Guarulhos, Conjunto Zezinho Magalhães Prado, de 1968, é o referente bastante estudado, com parceria entre Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Fábio Penteadó (imagens 5 e 6). Esse conjunto tem clara referência da autoria aos arquitetos que atuaram com liberdade projetual em comparação ao total anonimato dos profissionais atuantes no SFH/BNH/COHAB (Companhias de Habitação).



Figura 5: Conjunto Zezinho Magalhães Prado, 1968, Guarulhos, Arqs. Artigas, Rocha e Penteadó

Fonte: www.webcasas.com.br . Acesso em 04/08/2013



Figura 6: Conjunto Zezinho Magalhães Prado, 1968, Guarulhos, Arqs. Artigas, Rocha e Penteadó

Fonte: www.cotidianoguarulhense.wordpress.com . Acesso em 04/08/2013

Ao impor um regime autoritário em 1964, através do golpe militar, o Estado reorganiza totalmente o sistema de produção de habitação popular, agora integralmente considerada como habitação “econômica” no que toca à racionalidade: a) do espaço de morar do trabalhador, b) dos processos e sistemas construtivos, c) dos baixos custos para as construtoras; (d) para o aprofundamento do modo de

produção capitalista no país. A partir desse momento já não é necessário buscar a legitimação social, mas a "inclusão" de trabalhadores de forma massiva no sistema habitacional, que, sem subsídio, se mostra francamente um produto mercantil sem a função social conferida no período anterior.

Uma história urbana da habitação econômica moderna no estado de São Paulo, com relevo para o período militar (1964-1985), pode ser aprofundada à luz de todo o caso brasileiro, para explicitar a questão dos agentes dos diferentes períodos e elucidar as características da promoção da produção da habitação com origens no período 1930-1960.

Quadro europeu referente para uma discussão da habitação econômica moderna no Brasil

Do ponto de vista de método, filiamo-nos à abordagem universal da reflexão proposta, evitando tomar o "caso brasileiro" e suas manifestações como prerrogativas locais e, sim, indicando o vínculo inescapável da produção da cidade e da habitação moderna com o modo de produção capitalista que lhe dá características recorrentes em diversos pontos do Ocidente (Liernur, 2002).

Com base nessa filiação, indicamos a gênese da cidade do presente, identificando, como reconstituição histórica, as formas urbanas geradas a partir da transformação da cidade tradicional para a industrial. A virada do século XIX e as primeiras décadas do XX constituem-se em momentada criação de configurações espaciais que envolvem elementos imobiliários, morfológicos consistentes ou funcionais à expansão capitalista da cidade e da habitação.

A ruptura morfológica que se processa no século XIX é de dimensão, escala e forma geral da cidade. No século XIX, a cidade deixa de ser uma entidade física delimitada para alastrar pelo território.... É esta a primeira grande ruptura na morfologia tradicional, que será seguida mais tarde pela ruptura produzida pela cidade moderna. (LAMAS, 1993, p. 203)

As rupturas ocorridas a partir de novos requisitos do modo de produção capitalista, referidas à própria configuração da cidade tradicional que suportou até onde pode o adensamento provocado pelo crescimento populacional, foram produzidas não apenas para sanear o espaço em adensamentocrescente e higienizar as condições de vida da população urbana, mas também para propiciar uma expansão dos limites físicos da cidade significando a expansão dos limites da produção e reprodução do capital.

É importante registrar a importância de atuações instauradoras de um novo pensamento urbanístico, destacando Ildefonso Cerdá para a Espanha e Saturnino de Brito para o Brasil, buscando caminhos para os novos requisitos e demandas da cidade moderna.

Em função dessas intensas transformações, a cidade seria ainda mais ampliada e com conceitos completamente inéditos na história ao se avançar com sua concepção segundo os preceitos do *Movimento Moderno* oferecendo um novo tipo de espaço para o trabalho, o lazer, a circulação e, principalmente, para a habitação. Esta última é função que estrutura historicamente o conceito de expansão urbana, numa busca constante de novas formas para o estabelecimento habitacional do ponto de vista quantitativo e do espacial.

O pensamento e os projetos do mais citado mentor do *Movimento Moderno*, Le Corbusier, devem ser analisados considerando sua importância para a formulação de um ideário urbanístico e arquitetônico que influenciará, seja por aplicações diretas ou indiretas, até nossos dias, formas de interpretar a cidade e de nela intervir. Esse ideário, consolidado com a convergência de uma série de profissionais arquitetos e urbanistas, foi construído, em boa parte, no CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, fundado em 1929 e ativo até 1963.

Conceito muito importante na construção da habitação e do bairro modernos é o de “unidade de vizinhança” que Clarence A. Perry defendeu em 1926 para a New York Regional Plan Association. A ideia de bairro como unidade de vizinhança autossuficiente orienta tipos especiais de apreensão coletiva do espaço, do tecido social, das possibilidades de circulação e fluxos dentro desse espaço e para fora dele, bem como para tipos de assentamento físico dos edifícios, sua distribuição, os acessos e percursos possíveis, o estabelecimento de zonas internas para variados acontecimentos (HALL, 1995).

Sobre os projetos habitacionais baseados nos princípios do *Movimento Moderno*, na Europa, Lamas (1993) considera que até a 2.^a Guerra Mundial a urbanística “formal” ou “tradicional”, a partir da constituição do urbanismo como disciplina autônoma com representantes como Berlage, Agache, Otto Wagner, Camillo Sitte, coexistiu com as propostas urbanísticas de signo moderno e que, a partir das enormes demandas de reconstrução das cidades europeias castigadas pelos combates, vão se adotando intensivamente os critérios do *Movimento Moderno* para reconstituir as cidades, como com Ernst May e Bruno Taut (imagem 7).



Figura 7: Foto aérea do conjunto residencial Hufeisensiedlung em Berlim; Bruno Taut e Martin Wagner (1925/1927).

Fonte: FERRARI, C., 2013, p. 52.

Inicialmente, os grandes nomes da urbanística moderna experimentam a implantação do ideário modernista aplicando os critérios dos sistemas independentes (vias, infraestrutura, prédios implantados livremente no terreno, equipamentos com localização bem marcada e separada), respeito à orientação solar, zoneamento de funções, tráfego hierarquizado separando veículos e pedestres. Um clima de modernidade, após os traumas da guerra, atraiu jovens arquitetos que assumiram as novas ideias, com amplos espaços para atuar e, rejeitando a cidade tradicional, o fazem com resultados muito diversos em relação ao ideário original.

Construiu-se muito segundo interpretações do *Movimento Moderno*, após 1945, sobretudo aquelas que o tomaram como o extremo racionalismo da construção, mantendo a orientação solar mais adequada, porém adotando os edifícios perpendiculares às ruas e distantes das vias de serviço, sendo repetidos no terreno para atingir a máxima economia; do ponto de vista da racionalidade econômica, se organizavam obras muito rápidas e a baixos custos gerando um rebaixamento do nível de qualidade, chegando-se a implantar edifícios segundo os movimentos e localizações das máquinas de pré-fabricação pesada nos canteiros. Criavam-se, assim, conjuntos habitacionais quase sempre infiéis aos ditames daquilo que se havia preconizado como a nova forma de viver, a libertação dos homens das edificações tacanhas e adensadas e a possibilidade de uma vida ao ar livre. Esse foi um período, para a Europa, de “redução” do ideário moderno de cidade e habitação para obter ganhos de escala, o que ocorreria após a instauração do SFH/BNH/COHAB no Brasil em 1964. Aqui se localiza a denominação de Lamas (1993) de “urbanismo

operacional”, que confere racionalidade econômica buscando atender grande parcela da demanda, ainda que utilizando de forma limitada um conjunto de formulações urbanas e habitacionais *modernas*.

As reações na Europa e EUA vieram por volta dos anos 1950/60 quando item por item dos elementos modernistas que se estavam utilizando foram revistos numa tentativa de “humanizar o funcionalismo”. Passou-se a buscar as origens da doutrina do *Movimento Moderno*, abandonando a interpretação racionalista dogmática aplicada aos conjuntos urbanos.

Já avançados os anos 1960, Lamas chama de “novo urbanismo” ao conjunto de produção de projetos urbanos para além da reação ao *Movimento Moderno* na Europa, com a construção de novas propostas sem seguir os preceitos modernos e com a “retomada das idéias urbanísticas de Camillo Sitte, em nível teórico [que foi] um dos sintomas mais evidentes do declínio dos paradigmas do movimento modernista [...]” (LAMAS, 1993, p. 382).

No campo sociológico, a crítica partiu de intelectuais como Henri Lefebvre opondo-se ao sistema de ordenamento por ele considerado totalitário e homogeneizador dos conjuntos modernos. Jane Jacobs, além de defender a rua e a mescla de funções, numa crítica feroz à urbanística moderna, propõe intervenções em bairros para elevar o nível de articulação do tecido social. A relação necessária seria a do bairro com a cidade e com a metrópole com diferentes âmbitos de vizinhança – de distrito (poder local), de ruas ou bairros, de cidade (que deveriam ter um tamanho limitado), buscando aplicar a autogestão para a construção das vizinhanças. (JACOBS, 1973).

As críticas referem-se, na morfologia, à demanda por conjuntos habitacionais de baixa altura, deixando de ver a arquitetura como intervenção global, sem conferir tanta importância aos planos diretores e trabalhando mais no âmbito do lugar do cidadão, integrando os bairros ao tecido de toda a cidade e descobrindo o potencial do território e da paisagem para “fazer cidade”; nessa linha estão Alexander (1965) com a crítica às cidades “artificiais” de novo projeto, Cullen (1981) defendendo a relação da paisagem urbana com a vida cotidiana, e Lynch (1980) valorizando a “imagem da cidade” como componente de projeto e de relação social.

Um campo de críticas, desenvolvido em torno da defendida necessidade de restauração e recuperação dos centros das cidades, imprimiu renovado interesse ao tema da integração dos conjuntos denominados históricos à cidade. O movimento Tendenza com Rossi, Aymonino, Cerassi, Grassi, Gregotti, Tafuri, se encarrega dessa reflexão e das proposições dela derivadas.

Nos anos 1970, em torno da Escola de Bruxelas, um forte movimento pela recuperação da morfologia da cidade tradicional europeia foi coetâneo à ideia de “morte da arquitetura moderna” de Charles Jencks nos Estados Unidos. Em 1980, na Bienal de Veneza, na seção de arquitetura, “Presença do Passado”, se encontra a ênfase ao contextualismo e à recuperação da história. Esse caminho abriu-se para as proposições do “pós-modernismo” que indica uma nova relação entre arquitetura e cidade, mas com modismos impostos sem o conteúdo originalmente proposto, por exemplo, por Rossi.

Tal conjunto de críticas, orientadas pela ideia-força do “contextualismo crítico” liderará uma geração de atuações, a partir do final do período militar no Brasil, que, construindo uma dura crítica aos conjuntos habitacionais promovidos pelo SFH/BNH, que se poderia considerar como “urbanismo operacional”, se volta ao projeto de bairros populares de pequena escala com participação dos futuros moradores, no período de redemocratização do início da década de 1980 (NEGRELLOS, 1998).

Estas referências históricas contribuem para a reflexão em torno de duas questões: a própria referência histórica da linguagem moderna na arquitetura e no urbanismo, com extensões para o planejamento de bairros e da habitação popular; e a questão teórica, que se refere à busca pelo conhecimento do momento da ruptura, no regime militar (ou no período pós-Brasília), com o ideário do *movimento moderno* e a manutenção de poucos elementos resilientes como as tipologias multifamiliar vertical em bloco isolado e a unifamiliar horizontal com unidades geminadas em renque ou isoladas no lote.

Essa resiliência se considera aqui como uma redução do projeto moderno de cidade e de habitação no Brasil (entre 1964 e 1986, com a extinção do BNH), após seu período de expansão entre 1930 e 1964.

A habitação econômica moderna no Brasil – 1930-1964

No início da década de 1940 os IAP atuavam intensamente na construção de conjuntos residenciais, vinculados à ideia de *cidade moderna*, com cerca de 2.000 unidades habitacionais, com equipamentos comunitários e áreas verdes coletivas, inovando ao apropriar-se largamente da construção de edifícios verticais multifamiliares. Até então, segundo Bonduki (1998, p. 163), “inexistia a própria ideia de conjunto habitacional”.

Bonduki (1996) compara o que se produziu através do sistema IAP/FCP, de 1930 a 1964, e através das COHAB no SFH/BNH, instigando-nos a aprofundar a

compreensão sobre os componentes redutores do projeto moderno com base na habitação no período militar.

A incorporação de componentes do ideário moderno na produção dos IAP/FCP foi importantíssima, conforme Bonduki (1996/2010) fazendo referência ao livro "O Problema das Casas Operárias e os Institutos de Aposentadoria e Pensões" (1938) de Rubens Porto, "técnico encarregado pelo ministério [do Trabalho, do qual era assessor técnico do Conselho Nacional] de dar parecer sobre a normatização das regras de atuação dos IAP's" (p.97). O ideário moderno, fundamentalmente defendido por Porto, reúne os seguintes oito componentes que deveriam estar presentes nos conjuntos habitacionais então promovidos pelo Estado:

(...) a construção de conjuntos habitacionais segregados do traçado urbano existente; a opção pela construção de blocos; limite para a altura dos blocos; a utilização dos pilotis; adoção do [apartamento] duplex; os processos de construção racionalizados e a edificação de conjuntos autárquicos; a articulação da construção de conjuntos habitacionais com planos urbanísticos; a entrega da casa mobiliada, de forma racional. (BONDUKI, 1996/2010, p. 97).

A produção oficial majoritária do sistema IAP/FCP previu a incorporação desses elementos para a constituição de uma "cidade moderna" bancada pelo Estado, através do estabelecimento do cidadão trabalhador em conjuntos que associavam o projeto de habitação ao projeto de cidade (FERRARI, 2013). Para isso, inclusive, um nono componente dessa "cidade moderna" deve ser indicado, conforme Bonduki (1996/2010), já que Porto defendia a constituição desses conjuntos habitacionais como "unidades de vizinhança", com todos os serviços públicos e entidades da vida social de bairro (imagens 8 e 9).

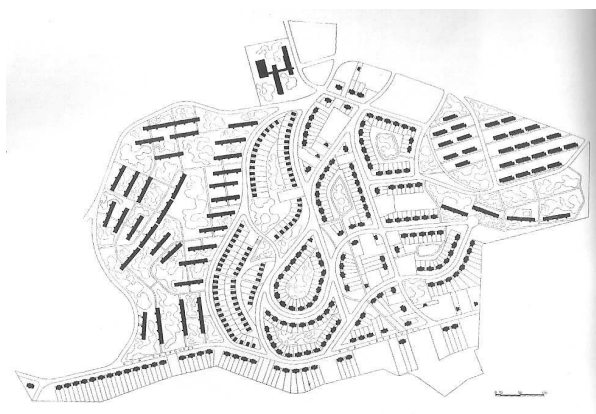


Figura 8: Implantação da Vila Guiomar, Santo André/SP, Arq, Carlos Frederico Ferreira, 1940

Fonte: BONDUKI, 1998, p.190.



Figura 9: Vista aérea da Vila Guiomar, Santo André/SP, Arq, Carlos Frederico Ferreira, 1940.

Fonte: PESSOLATO, Cintia. Conjunto IAPI Vila Guiomar - Santo André-SP: Projeto e História. Dissertação (Mestrado), FAU-USP, 2007, p.126.

Duas referências podem ainda ser indicadas sobre o edifício de apartamentos como um dos componentes da cidade moderna e de moradia defendido por Porto. Uma delas está em Vaz (2002), que articula a “modernidade na cidade à temática da moradia”, indicando como

A temática da moradia, em especial a habitação coletiva, remete repetidamente a itens como a modernização, o ‘estilo de vida moderno’ e a arquitetura moderna. As representações de cada época, desde os cortiços até os edifícios de apartamentos, referem-se a estes temas, ilustrados pelas numerosas citações contidas na reconstrução histórica da habitação no Rio de Janeiro. (VAZ, 2002, p. 145)

A outra referência, vinculada à relação cidade/modernidade, está em Gorelik (1999), tomando a cidade como “motor da modernidade” e introduzindo uma periodização, para a América Latina, do “ciclo expansivo da modernidade”, em três momentos: no final do século XIX, liberal-conservador; logo, as vanguardas, a partir dos anos 1920, se referindo, entre outros intelectuais, a Le Corbusier; o último com a revisão das vanguardas no momento desenvolvimentista “pós-Brasília”.

[...] o que caracterizou o ciclo expansivo foi uma tripla tensão reformista: para fora no território, para dentro na sociedade e para adiante no tempo. Ou seja, a **expansão urbana, a integração social e a idéia de projeto**. No marco dessa tripla tensão reformista, modernizante, progressista em sentido estrito, não só cresceram as cidades, mas também proliferaram no ocidente os socialismos municipais e a urbanística como profissão, como gestão e ideologia pública. Esse marco de expansão contínua definiu as próprias hipóteses fundacionais da modernidade urbana, formou seu universo com a certeza tão íntima da necessidade de derrubar as fronteiras territoriais e sociais: **trata-se de uma expansão que não se pode imaginar senão**

como inclusiva porque o mercado urbano moderno, o mercado residencial, a chave que converte a cidade em uma indústria capaz de competir com as outras indústrias e não só fazê-las de sede, é um mercado que supõe um cidadão. [...] (GORELIK, 1999, pp. 60-61, grifos nossos).

Para a construção de Brasília, em momento no qual se mobilizaram vultosos recursos de todos os níveis para a conformação da cidade e da habitação modernas, utilizando, inclusive, recursos econômicos dos IAP,

no desenvolvimentismo, o Estado vai reunir toda a tradição construtiva, incorporando em seu seio a pulsão vanguardista: o Estado se torna institucionalmente vanguarda moderna e a cidade, sua picareta modernizadora. (GORELIK, 1999, p. 68).

O mais importante componente da implantação de Brasília do ponto de vista do suporte patrimonial ao projeto moderno, o solo estatal, viabiliza sua construção monumental seja nos setores institucionais, seja nas unidades de vizinhança das superquadras. Por essa razão, e com o espetacular manejo político sobre sua construção empreendido por Kubitschek, não há redução do movimento moderno, ao contrário, o Estado culmina o projeto modernizador nacional com toda uma cidade-capital nova e moderna que, a nosso juízo, reúne todos os componentes de Porto para a construção de uma nova forma de habitar a cidade.

A reflexão sobre o momento pós-Brasília, no período militar, subsequente à inauguração da nova capital e vigente até 1985, desenvolvimentista com um caráter expresso de aprofundamento do modo de produção capitalista no país, é fundamental para a construção da ideia de redução do projeto moderno no Brasil.

Redução do projeto moderno de cidade e de habitação no Brasil (1964-1986) e a geração do “contextualismo crítico”

Em 1964, após o golpe militar, as transformações institucionais, políticas e sociais no país têm reflexos no campo da produção habitacional. Com a extinção da FCP e dos IAP inicia-se um período marcado pela concepção baseada na técnica financeira e de planejamento econômica na produção de habitação popular e no planejamento urbano e regional, verificada, já em agosto de 1964, com a criação do SFH, com o BNH como agente financeiro, do Plano Nacional de Habitação e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU.

O BNH teve atribuições de orientação, disciplina e controle das ações para a promoção da habitação no SFH. Agentes fundamentais desse sistema, as COHAB foram criadas, após a regulamentação de suas condições de operação, como operadores e promotores de abrangência local de âmbito regional, para aplicação de instrumentos de operação direta dos recursos do BNH, com base em um município-sede de região de atuação.

No estado de São Paulo, 5 municípios sediam COHAB desde os primeiros anos da ditadura militar: Santos (01/02/1965), Campinas (17/02/1965), São Paulo (16/11/1965), Bauru (01/04/1966) e Ribeirão Preto (03/02/1970), constituídas como sociedades de economia mista, uma vez que os diversos municípios de suas regiões aportam, até o presente, recursos para seu funcionamento.

A captação dos recursos para o sistema realizava-se junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1966, como poupança compulsória de recolhimento estatal, substituindo o anterior sistema misto de captação em associações, cooperativas ou institutos de aposentadorias e pensões (ALMEIDA & CHAURTARD, 1976).

Em 1968, para dar operacionalidade à aplicação de recursos em infraestrutura urbana, foi criado o Sistema Financeiro do Saneamento (SFS), atuante no desenvolvimento urbano. A habitação é considerada o eixo da política urbana do novo regime, com investimentos em saneamento para a formação dos novos bairros habitacionais, disseminando-se a ideia da importância da casa própria em detrimento do aluguel ou outro tipo de garantia de acesso à moradia, buscando legitimação para a nova ordem junto à população que habitava precariamente em favelas, cortiços e casas alugadas.

Essas primeiras e centrais decisões da política habitacional foram tomadas e implementadas em um período de implantação e expansão do sistema (1964-1969) (AZEVEDO & ANDRADE, 1982), coincidente com o que Gaspari (2002) denomina "ditadura envergonhada", desde o golpe até a instalação, em dezembro de 1968, do Ato Institucional n.º 5 (AI-5).

O novo sistema de produção habitacional e de infraestrutura urbana é sintomático de um período de desenvolvimento tecnocrático com drástica redução dos parâmetros do projeto moderno de habitação econômica. No entanto, é possível identificar elementos de conjuntos *modernos*, sobretudo o bloco de habitação - que, inegavelmente, é consistente com a ideia de cidade moderna a partir da moradia econômica em edifícios multifamiliares verticais ou em lâmina ou em blocos articulados - e a indicação do conjunto habitacional como uma "unidade de

vizinhança” ou seu conjunto, reservando solo para a implantação dos equipamentos comunitários, ou até como centro de uma projetada vida coletiva. Este ainda é um campo pleno de controvérsias sobre uma possível “resiliência”, ainda que com redução, dos componentes do projeto moderno de morar (NEGRELOS & FERRARI, 2013).

A partir dos componentes modernos do projeto de habitação e cidade reunidos por Porto, podemos verificar que nos conjuntos financiados pelo BNH, as “cohabs”, há elementos de projeto vinculados à ideia de cidade moderna, com liberação do espaço público e edifícios tipificados com muitas unidades habitacionais, na vigência do SFH/BNH/COHAB.

Desses componentes, alguns se mantiveram na produção das COHAB – conjuntos autárquicos segregados na malha urbana; blocos de apartamentos com limite de altura; em alguns casos, a construção pré-fabricada – apesar da severa crítica construída desde o início da década de 1980, crítica que pode ser melhor compreendida, em sua formulação e prática, com Comas (1986), à luz de um ideário moderno que foi introduzido no país no período imediatamente anterior e que, com a produção do período militar teria sido “abastardado” (COMAS, 1986), visão que também pode ser tratada como “redução” do movimento moderno nos conjuntos produzidos pelo SFH/BNH/COHAB (NEGRELOS, 2010).

Comas articula o conjunto habitacional e o “projeto da cidade brasileira”, apresentando a descrição negativa do que se constituiu como base para a crítica do que chama “intelligentsia arquitetônica brasileira”, “o formato da ‘cidade ideal moderna’ pode ser descrito como a acumulação de objetos construídos em um contínuo tratado como parque basicamente indiferenciado, cortado por autopistas e caminhos” (COMAS, 1986, p. 127), ou os

[...] conjuntos de apartamento do BNH, que não passaria de uma versão abastardada, por injunções econômicas especulativas, do tipo ideal de moradia que sua formação preconizou e que a superquadra residencial de Brasília materializa. (COMAS, 1986, p. 127).

A produção da habitação através das COHAB dava-se através de licitação pública com edital único para projeto e obra. A racionalidade necessária às construtoras e a demanda governamental de produzir o maior número de moradias foram articuladas na formação de “bancos de terras públicas”, principalmente grandes glebas, muitas vezes ainda rurais, nas periferias das grandes cidades, para a produção de megaconjuntos habitacionais (as “cohabs”) construídos com os

chamados “projetos-padrão” no esquema terraplenagem + unidade mínima, enquadrando o empreendimento no padrão de maior retorno financeiro (imagens 10, 11e 12).



Figura: 10 Vila Kennedy, COHAB-RJ, 1965.

Fonte: FREIRE, A. & OLIVEIRA, L. L. (orgs.). Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV, Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.



Figura 11: Conjunto Dale Coutinho - Cohab-Santos/SP, 1981. (11) Foto aérea. In Imagens Aéreas – Banco de Imagens da Baixada Santista. Fonte: www.imagensaereas.com.br . Acesso em 13 de junho de 2012;

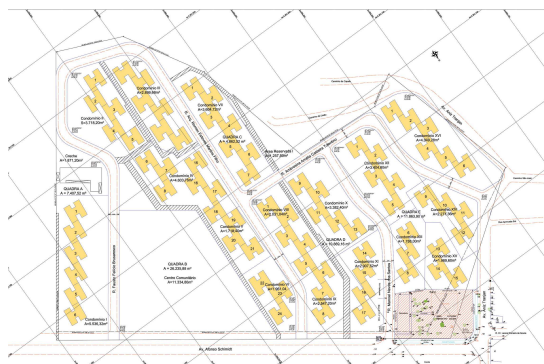


Figura 12: Implantação.

Fonte:Arquivo em AutoCAD/jpg, cedido pela COHAB-ST.

A nova política habitacional, baseada no componente financeiro, mostrou resultados excludentes (apesar de sua divulgada intenção de incluir o máximo de trabalhadores em casas próprias em bairros novos e com infraestrutura e equipamentos) uma vez que era centralizada, com um conjunto de condições financeiras extremamente desfavoráveis para os mutuários, sobretudo após 1973 quando o país entra na crise do “milagre brasileiro”, em um quadro de inflação crescente e correção monetária, congelamento de salários e ausência de subsídios (imagens 13 a 17).



Figura: 13 Cidade Tiradentes, COHAB-SP, anos 1980.

Fonte:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade_tiradentes/historico/index.php?p=94 . Acesso em 04.jul.2013.

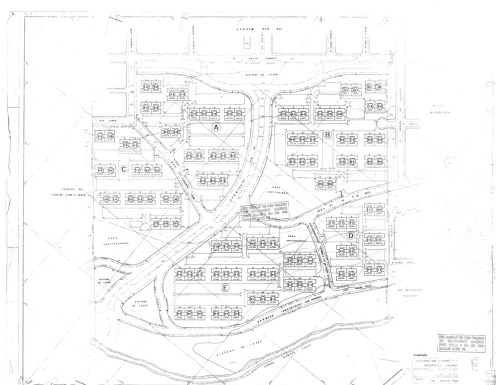


Figura 14: Conjunto D'Elboux, COHAB-Ribeirão Preto, 1984. Implantação.

Fonte: COHAB-RP.



Figura 15: Conjunto D'Elboux, COHAB-Ribeirão Preto, 1984.

Fonte: Fotografia Vanessa Oliveira (2011).

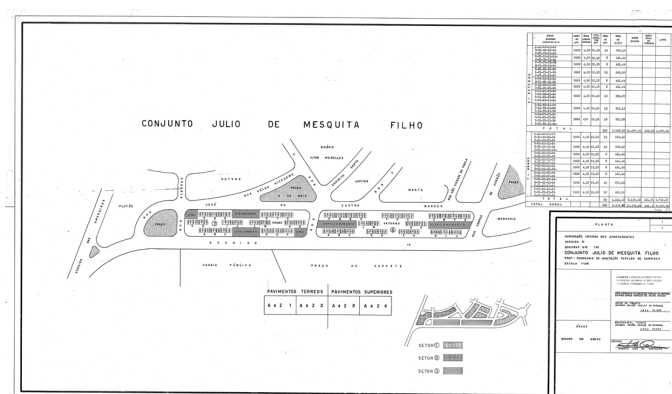


Figura 16: Conjunto Júlio Mesquita Filho, COHAB-Campinas, 1974.

Implantação.

Fonte: COHAB-CP.



(17) Conjunto Júlio Mesquita Filho, COHAB-Campinas, 1974.

Fonte: Fotografia Renato Silva (2012).

Segundo Azevedo & Andrade (1982), o esvaziamento e a crise do sistema de produção habitacional ocorre entre 1970-1974, envolvendo a crise internacional de 1973, em um período que Gaspari (2002) considera como ditadura “escancarada” (dez/1968 a jun/1974). No entanto, a restauração e o revigoramento da política habitacional com caráter financeiro se dá entre 1975-1980 (AZEVEDO & ANDRADE,

1982), envolvendo os períodos em que a ditadura já se considera “derrotada”, entre jun/1974 e dez/1977 (GASPARI, 2003) e, finalmente, totalmente “encurralada” (GASPARI, 2004), do final de 1977 até 15/03/79, com a extinção do AI-5 e o final do governo de Ernesto Geisel.

Os extertores da ditadura militar, embora considerados por Gaspari como momentos de autocompreensão de seu caminho ao fim, ofereceram uma produção habitacional bastante importante. De 1964 a 1986 (quando o BNH é extinto e a CEF assume seu patrimônio e atribuições em relação ao financiamento urbano e habitacional), foram financiados cerca de 4,3 milhões de unidades novas, das quais 2,4 milhões com recursos do FGTS, para o mercado popular, e 1,9 milhões com recursos do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), para o mercado de classe média (AZEVEDO & ANDRADE, 1982).

No início dos anos 1980, como resultado de todo o período de intervenção estatal sem atendimento universal à demanda, ou seja, de 1930 a 1986, as favelas estão consolidadas e adensando-se, os imóveis encortçados expandiram-se para os lotes de periferia e se limita a disponibilidade do esquema *lote periférico-autoconstrução-casa própria*, pois o padrão periférico de crescimento urbano e a solução habitacional inerente a ele esgotaram suas possibilidades de expansão, na escala em que vinham se dando, principalmente no município de São Paulo (BONDUKI, 1992), além de outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Tais condições urbano-habitacionais do período indicado contribuem para a compreensão da situação habitacional nas grandes cidades como São Paulo no início dos anos 1980 quando a crise econômica atinge a classe trabalhadora no emprego e nos salários, bem como do papel dos movimentos sociais de moradia nos processos de construção de alternativas habitacionais, constituindo-se em novos agentes em operações de remodelação de bairros (como as chamadas “urbanizações de favela”) com projetos assessorados por técnicos com eles comprometidos.

Nesse quadro, o processo de redemocratização do país culmina com a eleição de governos de esquerda para o período 1989-1992, entre outras, nas prefeituras de Santos, Campinas e São Paulo, onde se implantam componentes de uma política habitacional alternativa, implementando programas habitacionais baseados em uma concepção arquitetônica totalmente diversa daquela desenvolvida durante os governos militares cuja política de produção em larga escala e de bairros massivos foi duramente criticada pelo campo da arquitetura e urbanismo no país. Dessa crítica resultaram projetos vinculados ao *contextualismo crítico*, baseado na conformação de bairros menores (com no máximo 200 unidades), desenhados especialmente para o

sítio e, sobretudo, com a participação dos futuros moradores (NEGRELOS, 1998) (imagem 18).



Figura 18: Heliópolis I, PMSP-SEHAB-HABI, 1990/91, Arq.º Luis Espallargas Gimenez.

Fonte: ANDRADE, C.R.M. de; BONDUKI, N.; ROSSETTO, R. Arquitetura e Habitação Social em São Paulo. 1989-1992. 2.ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, 1993, p.18.

Um debate sobre habitação e produção capitalista da cidade

Na reflexão crítica sobre a produção urbana e habitacional no Brasil no extenso período de 1930 a 1986, podemos considerar que o período nacional desenvolvimentista - 1930-1964, que engloba Vargas, com a inauguração da intervenção estatal no setor, e Juscelino Kubitschek, com o ápice da intervenção do Estado na produção do território e da cidade moderna com Brasília -, apesar de ainda oferecer importantes caminhos de abordagem histórica, tem sido estudado de uma forma "pacificada", tanto em relação à ditadura Vargas quanto sobre a aplicação dos conceitos modernos na produção de cidade e projetos habitacionais "oficiais".

Para o período subsequente, da ditadura militar, até porque não constam em seus documentos de formulação e implementação da política habitacional os elementos de uma abordagem arquitetônica e urbanística clara e baseada em conceitos representados por profissionais explicitamente citados - uma vez que estes foram ou exilados ou calados pela repressão -, não se dispõe de trabalhos que tratem dessa produção com o distanciamento teórico necessário, dadas a proximidade e as cicatrizes ainda abertas em numerosas famílias de pessoas perseguidas. Por outro lado, é fato que o método empregado para o desenvolvimento de projetos habitacionais não contava com os profissionais da arquitetura como no período anterior, muito menos como elementos legitimadores como ocorreu na implantação

da ação estatal no setor urbano e habitacional. No período militar, o arquiteto e urbanista é totalmente anônimo, atuante de forma burocrática nas COHAB ou no próprio BNH, forçados pelo regime a uma atuação não creditada que contribuiu para a perda da função social do arquiteto e para o crescente desconhecimento de suas atribuições e importância para o projeto da cidade e da habitação.

Sobre toda a atuação do período – 1930 a 1986 –, os limites mais determinantes ao estabelecimento do projeto moderno de provimento de habitação econômica a toda a coletividade localizam-se na propriedade privada da terra urbana enquanto entrave para o acesso universal e conectado à terra equipada, e na consideração da habitação como mercadoria, em que seu valor de uso é subalterno em relação ao valor de troca adquirido no processo de produção e consumo no modo de produção capitalista.

Reinterpretando Le Corbusier (1920/1921) com uma compreensão menos ideologizada sobre sua posição contrária à revolução, que estaria iminente, frente às condições da classe trabalhadora, verifica-se seu antagonismo à propriedade privada ou a “velhas modalidades de propriedade que se opõem à transformação da cidade e da casa.” (LE CORBUSIER, 1981, p. 201).

A velha propriedade está apoiada sobre a herança e não sonha senão em inércia, senão em nada mudar, senão em perpetuar o *status quo*. [...] A partir do atual princípio de propriedade é impossível estabelecer um orçamento de construção estável. Então não se constrói. Mas se as modalidades de propriedade mudassem, e elas mudam [...] poderíamos construir, estaríamos entusiasmados em construir e evitaríamos a revolução. (LE CORBUSIER, (1920/1921) 1981, p. 201).

Tal visão parece-nos consistente com a de Bolaffi (1979) quando, analisando a questão da habitação popular para o período militar no Brasil, denomina “falso problema” àquilo que o Estado indica como “problema”: a escassez de recursos, a demanda explosiva, a oferta de terra barata apenas nas periferias ainda rurais onde as COHAB compravam terras para construir extensos conjuntos habitacionais.

Os governos e os grupos no poder enfrentam problemas reais, particulares e determinados, de cuja solução depende a sua possibilidade de manter-se enquanto poder. Porém, o caráter particular, e não universal, desses problemas reais exige que a sua verdadeira natureza seja transfigurada para que possam assumir um significado compatível com a vontade popular [...]. (BOLAFFI, 1979, p. 39)

O “problema” da terra barata nas periferias associado à questão da expansão horizontal das cidades majoritariamente através da habitação popular é recorrente nas cidades brasileiras desde a República Velha, quando reformas urbanas que intentaram conferir às cidades brasileiras “a imagem de progresso e modernidade visavam afastar o fantasma da presença da escravidão recente, deslocando populações pobres de áreas centrais, e recuperar espaços para o mercado imobiliário.” (MARICATO, 2009, p. 34).

A segregação social derivada da propriedade privada da terra, perceptível nos núcleos urbanos desde o início do século XX (ROLNIK, 1997), foi também um dos resultados das políticas de provisão habitacional dos períodos varguistas e de JK, pois, ao mesmo tempo em que promovia a moradia alugada em edifícios multifamiliares, recorrentemente mais próximos dos locais de trabalho do proletariado, oferecida através dos IAP aos trabalhadores associados, incentivava a autoconstrução periférica da casa própria, como forma de embutir nas classes populares o ideário burguês da propriedade.

A produção das COHAB, massiva, se deu extensivamente nas franjas urbanas, em que

a localização sempre distante das áreas já urbanizadas alimentou um mercado fundiário desorganizador do uso sustentável do solo urbano e as construções frequentemente deixaram a desejar do ponto de vista de conforto ambiental. (MARICATO, 2009, p. 40).

Assim como preconizava Le Corbusier, a moradia tornou-se “um instrumento da mesma forma que o é o automóvel” (1981, p. 166); mais que isso, tornou-se uma mercadoria. Entretanto,

na provisão habitacional, o capital produtivo não ocupa o lugar central, como no restante das indústrias. A moradia é uma mercadoria especial. Além do capital de construção, o processo produtivo inclui um financiamento ao consumo (habitação é um dos bens mais caros de consumo privado e como uma mercadoria especial exige um financiamento específico), um capital de incorporação e um agente especial – o proprietário de terra – de quem depende uma condição básica para produção. Cada novo empreendimento exige que uma nova parcela de terreno seja assegurada. (MARICATO, 2009, p. 41).

O estabelecimento da plena moradia, com fundamento no projeto ampliado de habitação em diferentes tipos de edifícios propugnado e difundido na dinâmica do *Movimento Moderno*, na qual o Brasil teve papel de destaque no quadro internacional,

sofre reduções, para além das críticas conceituais e políticas ao movimento, devidas à ideologia da propriedade privada da terra e da casa, amplamente difundida em todas as classes sociais. Diferentes abordagens, inclusive em campos políticos opostos, corroboram essas reduções, e reforçam com clareza que, desde as origens da habitação popular enquanto problema *moderno*, sua resolução está falseada pela ideologia da escassez.

Após dois séculos de revolução industrial – [...] – a persistência da carência e da necessidade resulta exclusivamente da falta de decisões adequadas, pela sociedade. Este é um truísmo, mas um truísmo que deve e precisa ser repetido, dito e mais uma vez repetido *ad nauseam*. A humanidade dispõe hoje de forças produtivas e de meios de produção suficientes para satisfazer as necessidades significativas de toda a população do globo. (BOLAFFI, 1979, p. 41, grifo no original)

Forças produtivas essas que incluem a indústria da construção civil e meios de produção tais que incluem o projeto de extensão massiva de habitação diversificada e ampliada e que, ainda hoje tem respostas no projeto moderno de cidade e de habitação em programas de habitação social no país. O espírito do particular, em contra do da série; a propriedade privada, no lugar da estatal, e o patrimonialismo como herança, são limites poderosos à produção das cidades com moradia plena e universal.

Referências

- ALEXANDER, C. (1965). A City is not a Tree. In **Architectural Forum in 1965**. Vol. 122, No 1, April, pp. 58-62 (Part I), e Vol. 122, No 2, May, pp. 58-62 (Part II).
- ALMEIDA, W.J.M. de; CHAURTARD, J.L. (1976). FGTS, uma política de bem estar social. In **Coleção Relatórios de Pesquisa IPEA**, vol. 30. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. [http://www.cartilhadofgts.com.br/?category_name=a-criacao-do-bnh, acesso em 03/08/2013].
- ANDRADE, C.R.M. de; BONDUKI, N.; ROSSETTO, R. (1993). **Arquitetura e Habitação Social em São Paulo. 1989-1992**. 2.^a Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo.
- AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L.A.G. (1982). **Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BASTOS, P.P.Z.; FONSECA, P.C.D. (orgs). (2012). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp.

- BOLAFFI, G. (1979). Habitação e Urbanismo. O problema e o falso problema. In MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-ômega, pp.37-70.
- BONDUKI, N.G. (1998). **Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP.
- BONDUKI, N.G. (2010). Habitação social na vanguarda do movimento moderno no Brasil. [1996]. In GUERRA, A. (org.). **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira: v.2**. São Paulo: Romano Guerra, pp. 91-111.
- BONDUKI, N.G. (1992). **Habitação & Autogestão. Construindo Territórios de Utopia**. Rio de Janeiro: FASE, 1992.
- COMAS, C.E.D. (1986). O espaço da arbitrariedade. Considerações sobre o conjunto habitacional BNH e o Projeto da cidade brasileira. In **PROJETO**, Revista Brasileira de Arquitetura, Planejamento, Desenho Industrial, Construção, número 91, set., pp. 127-130.
- CULLEN, G. (1981). **El paisaje urbano. Tratado de estética urbanística**. Barcelona: Editorial Blume, 1981 (4.ª reimpressão).
- CORREIA, T. de B. (2004). **A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950**. São Carlos: RiMa.
- FERRARI, C. (2013). **Projetos de habitação popular como projetos de cidade moderna: os conjuntos habitacionais dos IAP na Grande São Paulo de 1930 a 1964**. São Carlos: IAU-USP, Dissertação de Mestrado.
- GASPARI, E. (2002). **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras.
- _____ (2002). **A ditadura escancarada**. São Paulo: Cia. das Letras.
- _____ (2003). **A ditadura derrotada**. São Paulo: Cia. das Letras.
- _____ (2004). **A ditadura encurralada**. São Paulo: Cia. das Letras.
- GITAHY, M.L.C.; PEREIRA, P.C.X. (orgs). (2002). **O complexo industrial da construção e a habitação econômica moderna, 1930-1964**. São Carlos: RiMa:FAPESP.
- GORELIK, A. (1999). O moderno em debate: cidade, modernidade e modernização. In: MIRANDA, W.M.(org.). **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p.55-80.
- HALL, P. (1995). **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- III CIHU – Congresso Internacional de História Urbana. Cidade e Habitação na América Latina 1930-1960. **Anais**. Brasília/DF, 2013.

- JACOBS, J. (1973). **Muerte y vida de las grandes ciudades americanas**. Madrid: Ediciones Península, 2.^a edição.
- LAMAS, J.M.R.G. (1993). **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa, Fundação CalousteGulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas.
- LE CORBUSIER. (1920/21 – 1981). **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva.
- LIERNUR, J.F. (2002). Nacionalismo y Universalidad em laArquitecturaLatinoamericana. In LIERNUR, J.F. **Escritos de arquitectura Del siglo XX en América Latina**. Madrid: Tanis, pp. 19-26.(versão digital s/p).
- LYNCH, K. (1980). **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes.
- MARICATO, E. (2009). Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. In **Cadernos Metr pole**, n.º 21, 1.º semestre, pp. 33-52.
- MARTINS, C.A.F. (1987). **Arquitetura e Estado no Brasil. Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil. A obra de Lucio Costa 1924/1952**. São Paulo: FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado.
- NEGRELOS, E.P.; FERRARI, C. (2013). Resiliência de tipologias habitacionais e urbanas do alojamento popular no Brasil. In **Anais do XV ENANPUR** – Encontro Nacional da ANPUR. Desenvolvimento, planejamento e governança. 30 anos da ANPUR. Recife/PE, maio.
- NEGRELOS, E.P. (2010). Habitação Social Pós-1964 no Município de São Paulo. Contribuições ao Debate sobre o Moderno e a Produção da Cidade. In **Anais do XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: A Construção da Cidade e do Urbanismo: Ideias têm lugar?** Vitória/ES, outubro.
- NEGRELOS, E.P. (1998). **Remodelação de Bairros Populares em São Paulo e Madrid 1976-1992. Projeto e Participação Popular**. São Paulo: FAU-USP, Dissertação de Mestrado.
- ROLNIK, R.(1997). **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel.
- VAZ, L.F. (2002). **Modernidade e Moradia. Habitação Coletiva no rio de Janeiro Séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras.